



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

A TRANSFOBIA COMO PRODUTO DA IDEOLOGIA BURGUESA: RELAÇÕES ENTRE MÍDIA, SEXUALIDADE E OPRESSÃO

Dalil Alvarez dos Santos – Uneduvale – dalilalvarez@hotmail.com

Yasmin Naomi Hassunuma – Unicesumar - yasminaomi23@gmail.com

Mario de Oliveira Neto – Uneduvale – mario.neto@ead.eduvaleavare.com.br

Marília Alves dos Santos – Uneduvale – marilia.santos@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Ciências Humanas.

RESUMO

Em nossa sociedade, a comunicação midiática exerce papel fundamental na formação de opinião e na construção de narrativas sociais. Por vezes, a mídia opera para a instrumentalização da violência simbólica e estrutural contra grupos minoritários, especialmente contra a população transgênero, reforçando estereótipos e contribuindo para a marginalização desses indivíduos. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a transfobia como produto da ideologia burguesa, tecendo relações entre mídia, sexualidade e opressão para a compreensão do preconceito e da violência contra a identidade de gênero não cisgênera em nossa sociedade. Para este trabalho desenvolveu-se uma revisão bibliográfica narrativa em que foram levantados artigos nas plataformas Google Acadêmico e SciELO que apresentavam como foco central as seguintes temáticas: violência contra mulheres trans, ideologia e mídia, e a influência da sociedade capitalista nos meios jornalísticos. Os resultados apontam que o discurso heteronormativo e binário, fortalecido pelas grandes mídias, acaba por segregar todos aqueles indivíduos que não se enquadram nessa norma. Esse discurso acaba reproduzindo e reforçando categorias rígidas e normativas de identidade, invalidando constantemente populações já marginalizadas. Cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, combater as normas que violentam, enquadram e padronizam os sujeitos, buscando contribuir com a construção de uma sociedade mais acolhedora e desenvolvedora a todos os seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Ideologia; Transexualidade; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A comunicação midiática exerce papel fundamental na formação de opinião e na construção de narrativas sociais. Especialmente sob uma lógica capitalista, os grandes veículos de mídia, guiados por interesses econômicos, acabam por se caracterizar como aparelhos ideológicos do estado (Althusser, 1970), que tendem a mascarar a realidade e

perpetuar discursos sensacionalistas que ignoram os princípios fundamentais do jornalismo e das mídias jornalísticas.

Tal dinâmica se fundamenta, frente às teorias críticas como de Michel Foucault (1979) e Judith Butler (2018), como uma construção de discurso sobre normalidade e desvio, assim como construção de relações de poder, que condicionam os corpos a determinados padrões sociais. Em “A microfísica do poder”, Foucault (1979) reflete sobre questões ideológicas e morais, como gênero e sexo, evidenciando os responsáveis por determinar normas morais ancoradas em um sistema constituído para a segregação social de indivíduos que não se enquadram no conceito binário. Assim, torna-se evidente a estruturação patriarcal estabelecida pela classe burguesa que determina conceitos como desigualdade de gênero.

A influência da mídia na produção da subjetividade humana tornou-se nosso tema de interesse ao notarmos como fenômeno social a instrumentalização da violência simbólica e estrutural contra minorias, especialmente contra a população transgênero, reforçando estereótipos e contribuindo para a marginalização desses indivíduos. Especialmente em se tratando de mulheres trans, Butler (2018) evidencia como a mesma é constantemente discriminada pois se torna vista como imoral aos olhos da sociedade, sofrendo violência sexual, moral e psicológica tanto no ambiente familiar como no social mais amplo. A condição das mulheres que não reproduzem a cisgeneridade é a de coação pela própria sociedade a viver uma vida de marginalidade, tendo que recorrer a práticas sexuais como fonte de renda.

O objetivo desse trabalho é refletir sobre a transfobia como produto da ideologia burguesa, tecendo relações entre mídia, sexualidade e opressão para a compreensão do preconceito e da violência contra a identidade de gênero não cisgênera em nossa sociedade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para este trabalho desenvolveu-se uma revisão bibliográfica narrativa, uma vez que essa é capaz de “proporcionar uma rápida atualização do conhecimento acerca de determinado tema” (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 86). Foram levantados artigos nas plataformas Google Acadêmico e SciELO que apresentavam como foco central as seguintes temáticas: violência contra mulheres trans, ideologia e mídia, e a influência da sociedade capitalista nos meios jornalísticos.

Ademais, para a fundamentação teórica central, foram utilizados, sobretudo, os livros “A Microfísica do Poder” de Michel Foucault (1979) e “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do

Estado” de Louis Althusser (1970), sendo os norteadores do trabalho no que se referem à teoria sobre o discurso do poder, relacionando à questão dos direitos da mulher trans e de como a marginalização dessa comunidade produz vulnerabilidade social e opressão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notório que as grandes mídias jornalísticas influenciam a população de diversas formas. Seu papel vem se tornando cada dia mais importante para a conscientização do combate às diversas violências de forma expressiva. No entanto, “a confusão entre interesse público e interesse do público é uma desculpa frequentemente invocada pela mídia para exigir informações e até justificar invasões de privacidade” (Naves, 2003, p. 7).

É necessário evidenciar que essa capitalização se estrutura frente a uma sociedade cujos meios de produção são propriedade privada, em que prevalece a divulgação de informações que, de certo modo, tenham relação com alguma repercussão econômica. Tondo e Negrini (2009) descrevem a mídia como sensacionalista e ideológica, sendo o sensacionalismo “uma forma radical de mercantilização da informação, onde vende-se apenas a aparência, pois o interesse é o lado externo e atraente do fato” (Tondo; Negrini, 2009, p. 3). Perde-se, assim, o principal objetivo do jornalismo que é informar a população, tornando-se uma corrida mercantil voltada à audiência e prejudicando a veracidade da própria reportagem, como apontado por Naves (2003).

Assim como evidenciado por Foucault (Foucault, 1979) a burguesia busca manter-se no poder utilizando os meios possíveis que encontra – como os veículos midiáticos, a título de exemplo. A causa principal da reportagem/notícia não importa verdadeiramente, mas sim a audiência que a reportagem pode gerar. Dessa forma, entende-se que grandes empresas jornalísticas mascaram o sofrimento da população marginalizada, de forma que os fatos se modifiquem a um empoderamento distorcido e sensacionalista, através de uma notícia que “objetiva seus atores, cria e impõe estereótipos, faz coincidir com estereótipos (já impostos) e, portanto, produz a objetividade aparente porque atribui ao agente um caráter exemplar, universaliza ao convertê-lo em ponto de referência” (Barros Filho, 2003, p. 90). Nesse bojo, a mídia atua como aparelho ideológico do Estado, como apontado por Althusser (1970).

Em seu clássico “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, o autor discute sobre os aparelhos utilizados pelo Estado para manutenção da ordem, sendo os aparelhos ideológicos e os aparelhos repressivos. Enquanto os segundos operam diretamente pelo uso

da força, da repressão e da violência, os aparelhos ideológicos atual pelo convencimento e difusão de uma dada ideologia. Na sociedade capitalista burguesa, Althusser (1970) aponta que a mídia reproduz a lógica dominante e legitima a ordem social de divisão de classes entre opressores e oprimidos.

Assim, há sentido em equivar a mídia à classe burguesa, visto que ambas conferem muito valor ao conjunto de mecanismos que controlam a população (Foucault, 1979). O senso de justiça dos próprios espectadores se distorce, resultando em uma visão superficial e, muitas vezes, imprecisas sobre questões delicadas como a transexualidade, a mulher trans e seus direitos. Cabe destacar que a transexualidade é uma identidade de gênero, sendo essa a percepção construída culturalmente que o sujeito tem de si mesmo como expressando um determinando gênero (Reis, 2018). Segundo o Manual de Comunicação LGBTI produzido pela Aliança Nacional LGBTI, a pessoa trans é caracterizada como aquela

que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homem trans e mulher trans (Reis, 2018, p. 30).

No Brasil do século XXI, pessoas trans são expostas a situações de extrema violência, sofrendo negligência e marginalização pela sociedade e pelo próprio Estado. Conforme apontado pelo “Dossiê 2023 – Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), no ano de 2024 morreram mais de 140 travestis e mulheres trans por morte violenta em nosso país, envolvendo assassinato e suicídio, o que representa mais de 61% das pessoas LGBTQIAPN+ mortas no ano de 2023 simplesmente em decorrência direta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (Acontece; ANTRA; ABGLT, 2024). Estima-se que essa quantidade alarmante ainda não represente a realidade, visto que a subnotificação ainda é um problema a ser superado.

Tais tipos de violência, em grande parte, são influenciadas pelas ideologias morais – ideologias baseadas na produção da sexualidade e do gênero como categorias constitutivas de duas identidades, a feminina e a masculina, estabelecida e pelos discursos que determinaram o que se tornou aceitável, e o que veio a ser “intolerável” perante a sociedade

(Foucault, 1979). Em síntese, é possível afirmar que pessoas trans são tornadas “vítimas de várias formas de violência, porque rompem com a concepção estabelecida de gênero e sexualidade” (Marinho, 2013, p. 2517).

O discurso heteronormativo e de lógica binária, fortalecido pelas grandes mídias, acaba por segregar todos aqueles indivíduos que não se enquadram nessa norma. Esse discurso acaba reproduzindo e reforçando categorias rígidas de identidade, invalidando constantemente populações já marginalizadas. Nesse cenário, a própria mídia contribui com o processo, havendo uma “anormalidade enxergada na sexualidade das pessoas não heterossexuais, sendo trivial no contínuo processo de hierarquização sexual da sociedade. A violência brutal as inferioriza e, repetidas vezes, fomenta realidades trágicas e cruéis” (Marinho, 2013, p. 2515).

CONCLUSÃO

O intuito desse trabalho foi abordar a relação entre a sociedade, a mídia e as mulheres trans que acabam por ser coagidas e sofrer diferentes tipos de violências por não se enquadrarem aos padrões sociais difundidos pela ideologia burguesa (Câmara, 2021).

Muito deve ser feito para que se tenha um mínimo de dignidade e respeito à identidade das pessoas transexuais, para além dos estereótipos e estigmas que lhe são impostos (Jesus, 2012). Quando se fala de transexualidade e, com destaque, da vivência de mulheres trans, é essencial lembrar de todo contexto social, cultural e ontológico em que se debate a sexualidade no Brasil. Da mesma maneira, é importante compreender a desvalorização moral e ideológica, referente ao desenvolvimento de um indivíduo trans.

Butler (2018) explica como a própria cultura, antes mesmo de seu nascimento, já estrutura como deve ser o desenvolvimento da pessoa, impondo a ela doutrina de uma dualidade binária sobre a criança, o que acaba sendo reforçado pelos aparelhos midiáticos e outros aparatos ideológicos. Assim, cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, combater as normas que violentam, enquadram e padronizam os sujeitos, buscando contribuir com a construção de uma sociedade mais acolhedora e desenvolvida a todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023.** Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BARROS FILHO, Bartolozzi. **Comunicação e imaginário social.** São Paulo: Hacker Editores, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. "Cair na vida": o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401/1427>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

CAVALVANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020; Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

CURSINO, Marília Isabela de Oliveira Maciel; MARINHO, Carlos Antonio de Sá; FREIRE, Carlos Henrique Resende. Gênero e psicologia: a violência contra as mulheres transexuais e as travestis no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9606>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31257/18346/106529>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O jornalismo na era da informação: ensaios sobre o cotidiano, a comunicação e a cultura midiática.** São Paulo: Summus, 1986.

NAVES, Nilson. Imprensa Investigativa: Sensacionalismo e Criminalidade. **Revista CEJ**, v. 7, n. 20, p. 6-8, 2003. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/515>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. Espetacularização e Sensacionalismo: Reflexões Sobre o Jornalismo Televisivo. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em:

https://www.academia.edu/425201/Espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_e_Sensacionalismo_Reflex%C3%B5es_Sobre_o_Jornalismo_Televisivo. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

REIS, Toni. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI, GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.